

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO: 074/2026
PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TOCANTINS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 24.851.453/0001-90, com endereço à Av. Bernardo Sayão, s/n, Centro, Barrolândia/TO, por intermédio da Pregoeira e Agente de Contratação, conforme Decreto nº 004/2025, de 02 de janeiro de 2025, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Ordinária Municipal nº 336/2025 e demais legislações aplicáveis, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 20/02/2026 ÀS 08:30 HORAS

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: LICITANET - www.licitanet.com.br

MODO DE DISPUTA: Aberto.

DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa física ou pessoa jurídica legalmente habilitada para a locação de 02 (dois) veículos automotores, sendo:

Item 01: 01 (uma) pick-up leve, **sem motorista e sem fornecimento de combustível**, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Transporte;

Item 02: 01 (uma) caminhonete média, equipada com carroceria de madeira, **com motorista e sem fornecimento de combustível**, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras;

conforme especificações técnicas, condições de execução e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.”

1.2. A contratação será formalizada por **contrato administrativo único**, com vigência de **12 (doze) meses**, nos termos do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 A licitação tem 02 itens, sendo que o critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 Havendo divergência entre as especificações descritas neste Edital e as lançadas no site www.licitanet.com.br, prevalecerão as do edital.

DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO, PESQUISA DE PREÇOS E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

3.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando valores praticados no mercado local e regional, cujos documentos integram o processo administrativo.

3.2. A contratação terá duração de 12 (doze) meses, com pagamento mensal, conforme valores apurados na pesquisa de preços.

3.3. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, a serem indicadas no momento da contratação, observada a Lei nº 4.320/1964.

3.4. Classificação da despesa:

- quando a contratada for pessoa física: elemento de despesa 33.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física;
- quando a contratada for pessoa jurídica: elemento de despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

3.5 Memorial de Cálculo do Valor Estimado da Contratação

O valor estimado da presente contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando valores médios praticados no mercado local e regional para serviços equivalentes de locação de veículos, com pagamento mensal e vigência contratual de 12 (doze) meses.

O cálculo do valor total estimado observa o seguinte detalhamento:

Item 01 – Pick-up leve (Fiat Strada ou equivalente):

Valor mensal estimado: R\$ 4.560,00 (quatro mil e quinhentos e sessenta reais)

Quantidade: 01 (uma) unidade

Prazo de vigência: 12 (doze) meses

👉 Cálculo:

$R\$ 4.560,00 \times 12 \text{ meses} = \text{R\$ } 54.720$

Item 02 – Caminhonete média (Chevrolet S-10 ou equivalente, com carroceria de madeira):

Valor mensal estimado: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais)

Quantidade: 01 (uma) unidade

Prazo de vigência: 12 (doze) meses

👉 Cálculo:

$R\$ 8.200,00 \times 12 \text{ meses} = \text{R\$ } 94.800,00$

Valor Total Estimado da Contratação

Somando-se os valores estimados dos itens acima, obtém-se o valor global estimado da contratação:

👉 **R\$ 54.720 + R\$ 94.800,00 = R\$ 149.520,00**

(cento e quarenta e nove mil e quinhentos e vinte reais)

O valor global acima é meramente estimativo, servindo exclusivamente como referência para a condução do procedimento licitatório, não constituindo obrigação de contratação por esse montante, nos termos do art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Órgão Licitação	Objeto / Veículo	Qtd	Seguro Incluso	Manutenção	Quilometragem Livre	Valor Mensal Médio (R\$)	Fonte/Link
GDF – PE 90020/2025	Picape leve	25	Sim	Sim	Sim	4.392,50	(Secretaria de Estado de Economia)
GDF – PE 90020/2025	Veículo médio	150	Sim	Sim	Sim	7.947,34	(Secretaria de Estado de Economia)
Natal/RN – PE 24.046/2025	Sedan passeio	123	Sim	Sim	Sim	2.211,60*	(Prefeitura do Natal)
SENAR- AR/CE – PE	Utilitários	2	Sim	Sim	Sim	—	(PNCP)
PBH – PE 97023/2024	Frota	Diversas	Sim	Sim	Sim	(média alto volume)	(Prefeitura de Belo Horizonte)
Bariri/SP 2025	Veículos vários	—	Sim	Sim	Sim	—	(SAEMBA - Bariri)

Fonte (PNCP/portal do órgão)

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados previamente credenciados no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame.

4.2 O credenciamento deverá ser realizado diretamente no sistema LICITANET, no endereço eletrônico indicado neste Edital, de acordo com as regras próprias da plataforma.

4.3 O credenciamento no sistema implica a responsabilidade do licitante e a presunção de sua capacidade para a prática de todos os atos inerentes ao pregão eletrônico.

4.4 O licitante é integralmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, inclusive por aquelas realizadas por seus representantes.

4.5 O acesso ao sistema será realizado mediante uso de login e senha de uso pessoal e intransferível, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo e a correta utilização das credenciais.

4.6 É vedada a exigência de procuração com firma reconhecida, de intermediação por empresas associadas ao sistema ou de qualquer outra forma de credenciamento que restrinja a livre participação dos licitantes.

4.7 O licitante deverá manter seus dados cadastrais atualizados no sistema eletrônico, sendo de sua responsabilidade qualquer prejuízo decorrente de informações incorretas ou desatualizadas.

5 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico pessoas físicas ou pessoas jurídicas, inclusive Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), cujo ramo de atividade ou atuação seja compatível com o objeto desta licitação, desde que atendam às exigências deste Edital.

5.2 Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será assegurado o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, exclusivamente para fins de desempate e regularização fiscal, não constituindo condição restritiva de participação.

6 – DA PRIORIDADE AO FORNECEDOR LOCAL (LEI MUNICIPAL Nº 336/2025)

6.1 Em atendimento à Lei Municipal nº 336/2025, será assegurada preferência aos fornecedores sediados no Município de Barrolândia -TO, exclusivamente como critério de desempate ou de diferença de preços dentro da margem de até 5% (cinco por cento) em relação à melhor proposta válida.

6.2 A aplicação da preferência observará os princípios da isonomia, da competitividade, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, conforme o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

6.3 É vedada qualquer forma de restrição à participação de licitantes não sediados no Município.

7 – DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

7.1 Não poderão participar desta licitação, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021:

I – pessoa física ou jurídica que não atenda às condições deste Edital;
II – autor do projeto básico ou executivo, quando o objeto da licitação a ele estiver relacionado;

III – empresa responsável pela elaboração do projeto ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, controlador, acionista relevante ou responsável técnico;

IV – licitante sancionado com impedimento de licitar ou contratar;

V – licitante que mantenha vínculo com agente público que atue na licitação, gestão ou fiscalização do contrato;

VI – empresas controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si;

VII – pessoa física ou jurídica condenada por trabalho infantil, trabalho escravo ou irregular;

VIII – agente público do órgão ou entidade licitante;

IX – licitante que atue como interposta pessoa para burlar sanção aplicada a terceiro;

X – pessoas sancionadas por organismos internacionais financiadores, quando aplicável;

XI – pessoas ou empresas em situação de conflito de interesses nos termos da legislação.

8 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, a proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos neste Edital.

8.2 Quando adotada a inversão de fases, os licitantes encaminharão inicialmente apenas a proposta, sendo os documentos de habilitação exigidos somente do licitante vencedor.

8.3 No cadastramento da proposta, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema:

I – que cumpre os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;

II – que elaborou sua proposta de forma independente;

III – que conhece e aceita as condições do Edital e seus anexos;

IV – que sua proposta compreende todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;

V – que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

8.4 As cooperativas deverão declarar que atendem aos requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

8.5 A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.6 O licitante poderá retirar ou substituir sua proposta e documentos até a abertura da sessão pública.

8.7 Não haverá classificação das propostas antes da fase de lances.

8.8 Os documentos da proposta e da habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados após o encerramento da fase de lances.

8.9 Durante a fase de disputa, o licitante poderá registrar lances sucessivos, respeitado o intervalo mínimo definido pelo sistema.

8.10 É de responsabilidade do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública.

8.11 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão apresentar documentação fiscal com restrições, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

9 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1 O licitante deverá enviar sua proposta por meio do sistema eletrônico, mediante o preenchimento dos seguintes campos:

- I – valor unitário do item;
- II – marca;
- III – fabricante, quando aplicável;
- IV – descrição do objeto, em conformidade com o Termo de Referência.

9.2 Todas as especificações do objeto constantes da proposta vinculam a futura contratada.

9.3 Nos preços propostos estarão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, logísticos e quaisquer outros necessários à execução integral do objeto.

9.4 Os preços ofertados são de exclusiva responsabilidade do licitante, não sendo admitida sua alteração após o envio da proposta, salvo nos casos expressamente previstos neste Edital ou na Lei nº 14.133/2021.

9.5 A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

9.6 A tributação incidente sobre a proposta é de inteira responsabilidade do licitante, observando-se o regime tributário a que estiver submetido.

9.7 Independentemente da composição dos tributos indicados na proposta, os pagamentos serão efetuados com as retenções legalmente exigidas.

9.8 A apresentação da proposta implica aceitação integral das condições do Edital e do Termo de Referência, bem como compromisso de executar o objeto conforme especificado.

9.9 Os licitantes deverão observar os valores máximos definidos pela Administração no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

10 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO

10.1 A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico LICITANET, na data, horário e endereço eletrônico indicados neste Edital.

10.2 A Pregoeira examinará as propostas cadastradas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com este Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não atendam às especificações técnicas constantes da planilha orçamentária.

10.3 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante no campo próprio do sistema eletrônico. A eventual identificação em documentos anexados não implicará desclassificação, uma vez que permanecem sigilosos até o encerramento da fase de lances.

10.4 Os licitantes poderão substituir ou retirar propostas e documentos até a abertura da sessão pública.

10.5 As desclassificações serão fundamentadas e registradas no sistema.

10.6 Somente as propostas classificadas participarão da fase de lances.

DA FASE DE LANCES

10.7 A fase competitiva será realizada pelo modo de disputa **ABERTO**, com lances públicos e sucessivos.

10.8 Os lances deverão ser ofertados exclusivamente pelo sistema eletrônico, em valor inferior ao último lance registrado pelo próprio licitante.

10.9 O intervalo mínimo entre lances do mesmo licitante será de 20 (vinte) segundos e entre lances distintos de 3 (três) segundos.

10.10 O valor mínimo de diferença entre lances será de R\$ 0,01 (um centavo).

10.11 A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, prorrogada automaticamente por 2 (dois) minutos sempre que houver lance nos últimos 2 (dois) minutos.

DO ENCERRAMENTO DA FASE DE LANCES

10.12 Encerrada a fase competitiva, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valor.

10.13 Não serão aceitos dois lances de mesmo valor, prevalecendo o que tiver sido registrado primeiro.

DA APLICAÇÃO DOS DESEMPATES (ORDEM LEGAL)

10.14 Encerrada a fase de lances, a apuração do vencedor obedecerá rigorosamente à seguinte ordem:

I – Empate ficto para ME e EPP (LC nº 123/2006)

Se a melhor oferta não for de ME ou EPP, e houver propostas de ME/EPP até 5% acima, estas serão consideradas empatadas, com direito de ofertar lance final, conforme arts. 44 e 45 da LC 123.

II – Empate do art. 60 da Lei nº 14.133/2021

Persistindo empate, aplicar-se-ão sucessivamente:

1. disputa final entre os empatados
2. desempenho contratual prévio
3. ações de equidade de gênero
4. programa de integridade

III – Preferência ao fornecedor local (Lei Municipal nº 336/2025)

Persistindo empate ou diferença dentro de até 5%, será assegurada preferência ao fornecedor sediado no Município, desde que sua proposta seja economicamente vantajosa, **sem qualquer restrição à participação de empresas de outros municípios.**

DA NEGOCIAÇÃO

10.15 Definida a melhor proposta, a Pregoeira poderá negociar pelo sistema eletrônico para obtenção de preço mais vantajoso.

10.16 Após a negociação, o licitante melhor classificado deverá enviar a proposta final ajustada no prazo de 2 (duas) horas.

A FASE DE JULGAMENTO

10.17 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação previstas neste Edital e no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção impeditiva de contratar com o Poder Público.

10.18 Para fins do disposto no item anterior, serão realizadas consultas, em nome da empresa licitante e de seus responsáveis legais, aos seguintes cadastros:

- I – SICAF ou cadastro equivalente;
- II – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- III – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

10.19 Constatada a existência de sanção que impeça a participação ou a contratação, o licitante será considerado inabilitado.

10.20 Atendidas as condições de participação, o Pregoeiro procederá ao exame da proposta classificada em primeiro lugar quanto:

- I – à compatibilidade com o objeto;
- II – ao atendimento às especificações do Termo de Referência;
- III – à adequação do preço ao valor máximo admitido para contratação;
- IV – à exequibilidade.

DA EXEQUIBILIDADE

10.21 Consideram-se indícios de inexequibilidade, nos termos do art. 59, §4º da Lei nº 14.133/2021, propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

10.22 A inexequibilidade somente será declarada após diligência que comprove:
I – que os custos do licitante superam o valor da proposta; e
II – que não existem ganhos de eficiência ou vantagens competitivas capazes de justificar o preço ofertado.

10.23 O Pregoeiro poderá realizar diligências para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

DA PLANILHA DE CUSTOS

10.24 Quando exigida planilha de custos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la ajustada ao valor final de sua proposta.

10.25 Erros formais ou de cálculo poderão ser corrigidos pelo licitante, desde que não impliquem aumento do preço ofertado nem alteração da substância da proposta.

DA SEQUÊNCIA DE JULGAMENTO

10.26 Se a proposta do primeiro classificado for recusada, o Pregoeiro examinará a proposta do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

10.27 Nos itens não exclusivos para ME e EPP, antes de passar à proposta subsequente, será verificada automaticamente a ocorrência do empate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

10.28 O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante o envio de documentos complementares, pelo sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro.

DA CONTINUIDADE DA SESSÃO

10.29 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública para realização de diligências, sendo a nova data e horário informados no sistema com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

DO ENCERRAMENTO

10.30 Encerrada a fase de aceitação da proposta, o Pregoeiro procederá à verificação da habilitação do licitante vencedor, na forma deste Edital.

HABILITAÇÃO JURIDICA

11.1. Habilitação Jurídica

11.1.1. Para Pessoa Jurídica (PJ)

- I – Empresário individual: registro na Junta Comercial da respectiva sede;
- II – Sociedade empresária, sociedade simples, EIRELI ou cooperativa: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com prova da representação legal;
- III – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- IV – Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, em conformidade com a legislação aplicável.

11.1.2. Para Pessoa Física (PF)

- I – Documento oficial de identificação com foto;
- II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- III – Comprovante de residência atualizado.

11.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

11.2.1. Para Pessoa Jurídica (PJ)

- I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II – Prova de regularidade perante a Fazenda Federal (Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);
- III – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- V – Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, quando exigível em razão do objeto.

✦ **As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão regularizar eventuais pendências fiscais, nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, após declaradas vencedoras.**

11.2.2. Para Pessoa Física (PF)

- I – Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- II – Prova de regularidade perante a Fazenda Federal (Receita Federal do Brasil);
- III – Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio do licitante, quando exigível;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, quando houver vínculo empregatício declarado.

11.3. Qualificação Econômico-Financeira

11.3.1. Para Pessoa Jurídica (PJ)

I – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

II – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, apresentados na forma da lei.

✦ Para ME, EPP e MEI:
Será admitida a apresentação de balanço simplificado, DASN-SIMEI ou declaração equivalente, conforme o regime jurídico da empresa.

✦ Para empresas constituídas no exercício corrente:
Será aceito balanço de abertura ou demonstrações do período, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

11.3.2. Para Pessoa Física (PF)

I – Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF do último exercício, ou declaração de isenção, quando aplicável;

II – Declaração de capacidade econômico-financeira para execução do contrato.

11.4. Qualificação Técnica

11.4.1. Para Pessoa Jurídica (PJ) e Pessoa Física (PF)

I – No mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços de locação de veículos, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

✦ O atestado poderá estar em nome do licitante, independentemente de ser pessoa física ou jurídica, vedada a exigência de quantitativos mínimos ou prazos excessivos que restrinjam a competitividade, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Declarações

O licitante, pessoa física ou jurídica, deverá apresentar declarações de que:

I – não emprega menor em situação proibida pela legislação trabalhista;

II – não utiliza trabalho degradante ou forçado;

III – cumpre as normas relativas à inclusão de pessoas com deficiência, quando aplicável;

IV – inexistem fatos impeditivos para sua habilitação;

V – não está impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública.

12 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.2 A proposta final deverá:

- I – ser redigida em língua portuguesa;
- II – observar o modelo constante do **Anexo II** deste Edital;
- III – conter a descrição completa do objeto, com marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, quando aplicável;
- IV – conter os preços unitários e totais em moeda corrente nacional;
- V – estar adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada.

12.3 A proposta final fará parte integrante do processo e vinculará a Contratada durante a execução do contrato, inclusive para fins de aplicação de sanções.

12.4 Em caso de divergência entre valores, prevalecerá o valor global registrado no sistema eletrônico.

12.5 A proposta deverá ser firme, precisa e limitada ao objeto deste Edital, não sendo admitidas alternativas de preço, condicionantes ou qualquer disposição que comprometa a clareza do julgamento.

12.6 A proposta e os documentos complementares ficarão disponíveis no sistema eletrônico após a homologação do certame.

13 – DOS RECURSOS

13.1 Dos atos praticados no curso do procedimento licitatório caberá recurso administrativo, nos termos dos arts. 165 a 168 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 Declarado o vencedor e encerrada a fase de habilitação, será concedido o prazo mínimo de **30(trinta) minutos**, no sistema eletrônico, para que qualquer licitante manifeste, de forma **motivada**, a intenção de recorrer, indicando os atos ou decisões que pretende impugnar.

13.3 O Pregoeiro analisará a tempestividade e a motivação da intenção de recorrer, limitando-se à verificação dos requisitos de admissibilidade, sem exame do mérito.

13.4 A ausência de manifestação motivada da intenção de recorrer implicará a **decadência** do direito ao recurso.

DA APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES

13.5 Admitida a intenção de recurso, o recorrente terá o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões recursais, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

13.6 Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para apresentar **contrarrazões** no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da disponibilização das razões no sistema.

DO JULGAMENTO DO RECURSO

13.7 O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de **03 (três) dias úteis** ou, mantendo-a, encaminhar o recurso à autoridade superior.

13.8 A autoridade superior deverá decidir o recurso no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.9 Os recursos intempestivos não serão conhecidos.

DOS EFEITOS

13.10 Os recursos interpostos contra os atos de julgamento das propostas ou de habilitação terão **efeito suspensivo**, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021.

13.11 O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

13.12 Antes da interposição do recurso, poderá ser apresentado **pedido de reconsideração**, nos termos do art. 165, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

DO ACESSO AOS AUTOS

13.13 Os autos do processo permanecerão disponíveis no sistema eletrônico e poderão ser solicitados por e-mail institucional da Administração.

14 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

I – quando o provimento de recurso resultar na anulação de atos praticados anteriormente à sessão pública ou da própria sessão, hipótese em que serão repetidos os atos invalidados e os que deles dependam;

II – quando houver erro na aceitação da proposta mais bem classificada ou quando o licitante declarado vencedor não celebrar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

14.2 Nas hipóteses previstas no item anterior, serão retomados os procedimentos imediatamente posteriores à fase de lances.

14.3 Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 Encerradas as fases de julgamento, habilitação e recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologação do certame, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

15.2 A homologação não gera direito subjetivo à contratação, constituindo ato de controle da legalidade e da conveniência administrativa.

16 – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Após a homologação, será celebrado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais.

16.3 O aceite da Nota de Empenho ou instrumento equivalente implica que:
I – substitui o contrato, quando cabível;
II – a contratada se vincula à proposta e ao edital;
III – aplicam-se integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021.

16.4 O contrato terá vigência conforme definido no Termo de Referência, limitada aos prazos previstos nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, vedada prorrogação automática.

16.5 Antes da contratação, a Administração realizará verificação nos cadastros de sanções administrativas.

16.6 A manutenção das condições de habilitação será exigida durante toda a vigência contratual.

16.7 Na recusa injustificada do adjudicatário, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, nos termos do art. 90, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

17 – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração.

17.2 O objeto será considerado definitivamente recebido após verificação de conformidade com o Termo de Referência.

17.3 Constatadas irregularidades, a contratada será notificada para saná-las no prazo estabelecido pela fiscalização, sem ônus para o Município.

17.4 O fiscal do contrato deverá:
I – acompanhar a execução;
II – atestar as notas fiscais;
III – comunicar irregularidades e sugerir penalidades.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações das partes são aquelas previstas no Termo de Referência e no Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que:

- I – der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- II – atrasar ou não cumprir obrigações contratuais;
- III – fraudar a execução do contrato;
- IV – comportar-se de modo inidôneo;
- V – apresentar documentação falsa;
- VI – cometer fraude fiscal;
- VII – praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação.

19.2 As infrações administrativas poderão ensejar, conforme a gravidade do caso, a aplicação das seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3 As multas poderão ser:

- I – moratória, no percentual de até 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- II – compensatória, no percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução parcial;
- III – compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total.

19.4 A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

19.5 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, observado o princípio da proporcionalidade.

19.6 A aplicação de penalidades observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.7 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a gravidade da infração;
- II – os danos causados à Administração;
- III – circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – a existência de programa de integridade.

19.8 As sanções serão registradas nos cadastros oficiais, quando exigido por lei.

19.9 As sanções de impedimento e de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS ESCLARECIMENTOS

20.1 Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

20.2 Os pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão.

20.3 As impugnações e pedidos de esclarecimento serão protocolados pelo sistema LICITANET ou pelo e-mail oficial do Município.

20.4 As respostas serão divulgadas no sistema eletrônico e vincularão todos os participantes.

20.5 A impugnação não terá efeito suspensivo, salvo decisão motivada da autoridade competente.

21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Da sessão pública será lavrada ata, que ficará disponível no sistema eletrônico.

21.2 Os prazos serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

21.3 A homologação do certame não gera direito à contratação.

21.4 Os erros formais sanáveis não ensejarão a inabilitação ou desclassificação.

21.5 O Edital e seus anexos estão disponíveis no portal do Município e no sistema LICITANET.

21.6 Integram este Edital, para todos os fins:

- Termo de Referência
- Estudo Técnico Preliminar
- Minuta do Contrato
- Modelos de declarações e proposta

BARROLÂNDIA - TO, 03 de fevereiro de 2026.

Keury Juliana Nunes da Silva
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MODELO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL
(a ser apresentada apenas pelo licitante vencedor, após a fase de lances)

AO MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO

Objeto: Locação de 02 (dois) veículos automotores, sem motorista e sem fornecimento de combustível, conforme Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2026 e seus anexos.

Apresentamos nossa PROPOSTA COMERCIAL FINAL, em conformidade com o último lance ofertado e com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

() **Pessoa** **Jurídica**
Razão Social: _____
CNPJ: _____
Inscrição Estadual (se houver): _____
() **Pessoa** **Física**
Nome completo: _____
CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Dados bancários para pagamento:
Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

2. PREÇOS

Os preços estão ajustados ao último lance ofertado no sistema eletrônico:

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Global da Proposta:	R\$				_____
(_____)					

3. CONDIÇÕES GERAIS

Declaramos que:

a) Conhecemos e aceitamos integralmente os termos do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos;

- b) Os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto;
c) As especificações ofertadas atendem integralmente às exigências do Edital;
d) Esta proposta vincula o licitante durante toda a execução contratual.

5. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta é válida por no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação no sistema eletrônico.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal: _____

Nome: _____

Cargo: _____

MODELOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

O licitante _____, CPF ou CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal infra-assinado, declara, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 002/2026, sob as penas da lei, que:

- ✓ Enquadra-se como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- ✓ Atende integralmente aos requisitos legais para fruição do tratamento diferenciado e favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- ✓ Não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nos §§ 4º e 5º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Declara, ainda, que está ciente de que a prestação de informação falsa poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Local e data: _____

Nome do representante legal: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E CONFORMIDADE COM A LEI ANTICORRUPÇÃO

O licitante _____, CPF ou CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- I – A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, sem comunicação, acordo, ajuste ou influência de qualquer outro licitante;
- II – Não tentou influenciar a decisão de qualquer outro licitante ou agente público;
- III – O conteúdo da proposta não foi divulgado antes da abertura oficial;
- IV – Atua em conformidade com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e com a Lei nº 14.133/2021.

Local e data: _____
Assinatura: _____
Nome e CPF do representante legal _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaramos que O licitante _____, CPF ou CNPJ nº _____, está ciente e concorda integralmente com as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2026 e seus anexos, e que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários à execução do objeto.

Local e data: _____
Assinatura: _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

O licitante _____, CPF ou CNPJ nº _____ declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2026.

Local e data: _____
Assinatura: _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Declaramos que cumprimos a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaramos que não existem fatos impeditivos à nossa habilitação no Pregão Eletrônico nº 002/2026.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE TRABALHO DIGNO

Declaramos que não utilizamos trabalho degradante ou forçado em nossa cadeia produtiva, conforme Constituição Federal.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR

Declaramos que não empregamos menores em condições vedadas pela legislação trabalhista.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE NÃO INIDONEIDADE

Declaramos que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM AGENTE PÚBLICO

Declaramos que não há, em nosso quadro societário ou funcional, agente público do Município de Barrolândia-TO.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO Nº 74/2026
MINUTA DO CONTRATO

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 24.851.453/0001-90, com endereço à Av. Bernardo Sayão, S/N, Centro, Barrolândia, TO, neste ato representado por seu atual Prefeito Municipal, João Machado Alves, brasileiro, casado, agente político, portador do RG XXXXX SSP/TO e CPF nº. XXXXXXXX, residente e domiciliado em Barrolândia/TO, denominado CONTRATANTE, de outro lado, **a pessoa física ou jurídica**, inscrita no **CPF ou CNPJ** sob o nº _____, com endereço à _____, doravante denominada CONTRATADA, representada por seu representante legal, quando pessoa jurídica, ou pelo próprio contratado, quando pessoa física, portador do documento de identidade nº _____ e CPF nº _____”, resolvem celebrar o presente Contrato, sujeitando-se às normas preconizadas na Lei nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes, cada qual naquilo que couber, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa física ou pessoa jurídica legalmente habilitada para a locação de 02 (dois) veículos automotores, sendo:

Item 01: 01 (uma) pick-up leve, **sem motorista e sem fornecimento de combustível**, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Transporte;

Item 02: 01 (uma) caminhonete média, equipada com carroceria de madeira, **com motorista e sem fornecimento de combustível**, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras;

conforme especificações técnicas, condições de execução e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. O valor total da presente contratação é de R\$ _____
(_____), conforme proposta final apresentada pela CONTRATADA, que integra este contrato.

2.2. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, tais como tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, fretes, transporte, mão de obra e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução é o de locação contínua, com disponibilização permanente dos veículos durante a vigência contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
(a ser informada pela Administração na fase de contratação)

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado mediante transferência bancária para a conta indicada pela CONTRATADA, após a **disponibilização dos veículos e a regular execução da locação**, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

5.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, desde que não haja pendência imputável à CONTRATADA.

5.3. No pagamento serão efetuadas as retenções tributárias previstas em lei, quando aplicáveis, observando-se, quando for o caso, o regime do Simples Nacional, conforme Lei Complementar nº 123/2006.

5.4 A CONTRATADA, seja pessoa física ou jurídica, obriga-se à emissão de Nota Fiscal Eletrônica ou documento fiscal equivalente, relativo à locação dos veículos, observando a incidência do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, nos termos da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da Lei Complementar nº 214/2025, como condição para a liberação do pagamento.”

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

6.1. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato.

6.2. Responder por todos os danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo

essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.3 Disponibilizar os veículos objeto da locação em perfeitas condições de uso, segurança e funcionamento, conforme especificações do Termo de Referência.

6.4. Disponibilizar os veículos nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

6.5. Substituir, no prazo máximo definido pelo fiscal do contrato, **qualquer veículo** que apresente defeito, falha mecânica ou desconformidade com as especificações.

6.6. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer fato que possa comprometer a execução do contrato.

6.7. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021.

6.8. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, nos termos do art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021.

6.9. Não empregar menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nem empregar menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.10. Permitir e facilitar a fiscalização do CONTRATANTE.

6.11. Manter atualizados seus dados cadastrais, inclusive endereço e conta bancária.

6.12. Garantir que os veículos locados estejam em condições adequadas de conservação, segurança e regularidade documental durante toda a vigência contratual.

6.13. Reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

6.14 Todas as despesas relativas à manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo revisões, substituição de peças, pneus, seguros obrigatórios e facultativos, licenciamento, impostos e demais encargos incidentes sobre os veículos, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, cabendo à Administração apenas o fornecimento do combustível.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado.

7.2. Receber e fiscalizar a disponibilização e o uso dos veículos locados, atestando a regular execução contratual.

7.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos neste contrato.

7.4. Prestar todas as informações necessárias à execução do contrato.

7.5. Aplicar as sanções cabíveis, quando constatado o descumprimento contratual.

7.6. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

8.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, **podendo ser prorrogado sucessivamente**, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, por meio de portaria específica.

9.2. Compete ao Fiscal do Contrato:

- I – acompanhar a execução da locação e a disponibilização dos veículos, assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais;
- II – atestar as notas fiscais como condição para o pagamento;
- III – comunicar formalmente à Administração qualquer irregularidade, descumprimento contratual ou fato que comprometa a execução do objeto;
- IV – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível.

9.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos decorrentes da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTE

10.1 Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no período de 12 (doze) meses contados da data da proposta vencedora.

10.2 Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados mediante solicitação formal da contratada, aplicando-se a variação acumulada do **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, divulgado pelo IBGE.

10.3 O reajuste incidirá apenas sobre o saldo remanescente do contrato.

10.4 O reajuste será formalizado por apostilamento ou termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O valor mensal da locação será aquele constante da proposta vencedora do certame.

11.2. O pagamento será efetuado **mensalmente**, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal equivalente (quando pessoa física), devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

11.3. O pagamento ocorrerá no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após a liquidação da despesa, observadas as retenções legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extinguirá ao término de sua vigência ou pela conclusão do objeto.

12.2. O contrato poderá ser extinto antecipadamente:

- I – por razões de interesse público;
- II – por insuficiência de recursos orçamentários;
- III – por descumprimento contratual;
- IV – nos casos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. A extinção será precedida de processo administrativo com garantia do contraditório e ampla defesa.

12.4. Na hipótese de extinção por iniciativa da Administração, sem culpa da CONTRATADA, esta fará jus às indenizações previstas no art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

12.5. A rescisão será formalizada por termo próprio, com apuração dos serviços executados, valores pagos, valores devidos e eventuais penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- I – der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- II – atrasar ou não cumprir as obrigações contratuais;
- III – apresentar documentação falsa;
- IV – fraudar a execução do contrato;
- V – comportar-se de modo inidôneo;
- VI – cometer fraude de qualquer natureza.

13.2. Pela prática das infrações acima, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, observada a gravidade da conduta:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A multa poderá ser aplicada:

- I – moratória, até o limite de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;
- II – compensatória, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato, em caso de inexecução parcial;

III – compensatória, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor do contrato, em caso de inexecução total.

13.4. A aplicação das sanções observará o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente e não excluem a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

13.6 O atraso injustificado na substituição de veículo considerado inoperante ensejará multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor mensal do item correspondente, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. O contrato poderá ser alterado nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Alterações de natureza formal ou atualização de valores por reajuste poderão ser feitas por apostilamento.

14.4. Serviços ou fornecimentos extras somente poderão ser executados mediante autorização formal da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS TRIBUTOS

15.1. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

16.1 O presente contrato rege-se:

I – Pela Lei nº 14.133/2021;

II – Pelos princípios do Direito Público;

III – Supletivamente, pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município, no prazo legal, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O presente contrato rege-se integralmente pela Lei nº 14.133/2021.

18.2. Fica eleito o foro da Comarca de Miranorte - TO para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

19.1 As partes garantem que tomarão todas as medidas de segurança, de governança e boas práticas no tratamento de dados e informações. A adequação das medidas deverá levar em conta a Lei nº **13.709/2018** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – **LGPD**) e diretrizes, padrões técnicos e boas práticas a serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que poderá incluir selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos.

20 CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro Miranorte - TO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ASSINATURAS

21.1. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

BARROLÂNDIA - TO, de de 2026.

CONTRATANTE

C O N T R A T A D A

TESTEMUNHAS:

1: _____

2: _____